

Colaboração a cargo da
DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS INDUSTRIAIS

Nota de abertura

Intermediários

CDU 558.2 (469)

O Gabinete de Conjuntura e Análise Económica da Corporação da Indústria publicou recentemente um trabalho da autoria do Engenheiro João Cravinho e Doutores Nelson Trigo e Bernardino C. Pereira, intitulado «Um obstáculo ao desenvolvimento industrial», que nos foca o tema, de muito interesse, relacionado com o excessivo volume do capital circulante na transformação industrial.

Aquela publicação merece a maior atenção de quantos são responsáveis pela gestão das empresas fabris nacionais, não só pela projecção efectiva do assunto que analisa, como, também, pela forma elucidativa e clara como os seus autores o desenvolvem e comentam.

Com base naquele trabalho da Corporação da Indústria registamos neste artigo, dirigindo-a, exclusivamente, para o sector nacional dos fabricantes de material eléctrico, a observação do pesado encargo com os «stocks» e do exagerado volume do capital circulante, que a qualifica, aditada de alguns pontos de vista que julgamos definir rumo adequado ao exercício da actividade sectorial.

Os seguintes conceitos constam textualmente daquela prestante publicação.

«Haverá que promover a melhoria das técnicas de gestão utilizadas pelas empresas mas para que essa melhoria não encontre limitações ponderosas, haverá também que modernizar e transformar decididamente as infra-estruturas que, externamente condicionam a actividade industrial.»

É especialmente este último, o aspecto definidor da acção desejável que pretendemos focar nas linhas que vão seguir-se.

No que respeita respectivamente à generalidade da indústria transformadora e à do material eléctrico, observam-se os seguintes índices relativamente à rotação do capital circulante e à rotação dos «stocks»:

CAPITAL CIRCULANTE		
Sector	Coeficiente	Periodo
		Dias
Média geral	1,55	235
Material eléctrico	1,38	264
-STOCKS-		
Média geral	3,7	98
Material eléctrico	2,8	130

A análise feita no compêndio que estamos a comentar, conduz-nos à observação de que o sector industrial, de que aqui nos ocupamos, qualifica-se por atingir rotações, quer no capital circulante quer nos «stocks», que se destacam por ser das mais lentas no cômputo da actividade secundária.

Na generalidade das indústrias transformadoras, a conjuntura determina que, para a unidade de acréscimo do produto, ter-se-á de investir 1,52 unidades de capital circulante. Este coeficiente marginal foi determinado, para o material eléctrico em 0,87. A elasticidade «capital circulante produto» determina-se em 0,89 para a indústria em geral e em 0,63 para o material eléctrico.

No que respeita à estrutura do capital industrial, compilamos da mencionada publicação os índices seguintes, para aquele sector:

1. No capital circulante
 - a) Em «stocks» 51 %
 - b) Outro capital circulante 49 %
2. No capital industrial
 - a) Capital fixo 40 %
 - b) Capital circulante 60 %

Na média geral relativamente à actividade secundária obtêm-se índices diferentes, em sentido favorável, no que respeita à incidência dos «stocks» e do capital circulante no capital industrial.

Assim,

«Stocks» 38 % no capital circulante
Capital industrial 50 % de capital circulante

Comparando os índices nacionais de cada sector com índices relativos aos seus similares estrangeiros, interessa-nos essencialmente destacar a seguinte importante conclusão que exige ponderação especial:

«Todavia, na actualidade, recaem sobre a indústria carência das actividades terciárias obrigando-a a encargos de capital circulante demasiado pesados comparativamente aos que se verificam em outros países cujas indústrias são, cada vez mais, concorrentes da nossa.»

É este o ponto que merece especial destaque, no pressuposto de que os leitores, com os apontamentos anteriormente registados, serão levados a reler o trabalho de conjuntura que nos apresentou a Corporação e, sobre os elementos de análise que aquele lhes oferece, irão fundamentar novos juízos de valor sobre a necessidade de revisão dos termos em que é exercida a actividade comercial do sector.



Efectivamente, apontemos uma ligeira reflexão acerca dos intermediários existentes entre a produção e o consumo.

No que respeita ao serviço prestado pelo comércio retalhista, as sociedades humanas pagam-no, talvez com excessiva generosidade; mas é tão evidente a sua função social que está fora do pequeno âmbito deste artigo fazer-lhe especial referência.

No que se refere, todavia, ao escalão mais a montante do ciclo da distribuição, o comércio armazenista, aquela função não é tão evidente; também, aqui, o consumo é onerado por taxas correspondentes a serviços que a actividade lhe deveria prestar. Mas já não é tão clara a certeza de que esses serviços prestados alcancem integralmente os objectivos necessários.

Interessa-nos especialmente o ciclo da distribuição do material eléctrico produzido pela indústria nacional.

Falando de financiamento do capital circulante e à manutenção dos «stocks», o comércio armazenista nacional, pelo

que se conhece da prática corrente da actividade no nosso País, orienta exclusivamente alguma da sua capacidade de crédito, para apoio financeiro da actividade comercial retalhista que se situa a jusante. Não se conhece que, na generalidade dos nossos armazenistas de material eléctrico, se preste o serviço necessário à economia produtiva, o qual consistiria em apoiar a actividade secundária situada a montante do ciclo: com antecipação programatizada de encomendas, com a responsabilidade e o encargo do armazenamento de «stocks», com o financiamento parcial do capital circulante.

Talvez os encargos financeiros dos nossos intermediários estejam distorcidos, no sentido da sua função económica mais útil. Voltam-se «para baixo» quando, economicamente, seria indispensável que se voltassem «para cima».

O resultado dessa distorção apresenta-se, com brilhante clareza, no diagnóstico do obstáculo ao desenvolvimento industrial, que o Gabinete de Conjuntura e Análise Económica traz à consideração dos estudiosos dos problemas do nosso desenvolvimento industrial.

O encargo da manutenção de «stocks» e o financiamento do capital circulante devem ser em grande medida transferidos, das empresas produtoras, para os «intermediários» que pretenderem exercer como devem o seu papel de armazenistas. É assim nos grandes centros produtores mundiais; por isso, os índices comparados entre a indústria portuguesa do material eléctrico e a sua congénere estrangeira denotam, com toda a evidência, o desfavor que qualifica nesse aspecto a actividade nacional: excessivo volume do capital circulante.

Como todos os serviços da actividade terciária são pagos (normalmente muito bem pagos) parece-nos de elementar bom senso administrativo, por parte do sector nacional produtor de material eléctrico que pondere a necessidade imperiosa de exigir que eles sejam prestados como devem ser; ou não a sustentar radicalmente, quando o intermediário decair na sua função útil.

O problema interessa muito à vida social portuguesa.

Com efeito, na essência do fenómeno, é o nível de vida do povo português quem paga, pela medida grande, as distorções enraizadas em hábitos indesejáveis e o desfavor que, em muitos casos, qualificam a produção nacional na conjuntura do comércio internacional ■

FERREIRA DO AMARAL

Director-Geral dos Serviços Industriais

Alguns dos principais problemas que afectam a indústria e as correspondentes medidas atinentes à sua resolução

CDU 338.2 (469)

Constituindo as empresas privadas a base do sistema económico português, dentro do sistema de economia de mercado em que se desenvolve a estrutura produtiva do País e de harmonia com o princípio constitucional que reconhece na iniciativa privada o mais fecundo instrumento do progresso e da economia da Nação, a intervenção do Estado no desenvolvimento da indústria assenta, portanto, no conceito geral de apoio às iniciativas privadas e exerce-se, por acção supletiva e complementar das realizações de iniciativa do capital particular.

No contexto do processo geral de crescimento económico as empresas defrontam hoje, em escala sem precedentes, múltiplas dificuldades, muito especialmente porque sobre elas

recai o essencial dos reflexos da concorrência externa.

Aos nossos empresários depara-se a urgência de conseguirem um conjunto de transformações simultâneas: introdução das suas produções em mercados de âmbito potencial europeu em condições de concorrência de preço, qualidade e comercialização; adoptar as técnicas produtivas que exigem não só equipamentos recentes mas, além disso, novos métodos de organização, novas qualificações profissionais e, em muitos casos, ampliação ou concentração das próprias estruturas empresariais.

Aos empresários cumpre, portanto, procurar atingir níveis de produtividade e capacidade de inovação e progresso equiparáveis aos que são correntes nos países mais avançados.

Qualquer tolerância, sem importância aparente, poderá comprometer de maneira imprevisível o objectivo que se pretende alcançar e em que todos se encontram empenhados.

Na verdade, parece não existir outra alternativa que não seja a de abandonar a posição tradicional, que consistia em preservar estruturas e métodos obsoletos e prosseguir no sentido de se intensificar os esforços requeridos pela sua actualização.

O desenvolvimento industrial precisa de ser impulsionado pelo comércio de exportação, mas este só é possível com um mercado interno base que funcione como regularizador, absorvendo as oscilações verificadas na procura externa.

Esta regra só deixará de ter validade a partir do momento em que determinada indústria criar, à escala mundial, uma tradição e um nome que a ponha ao abrigo dessas flutuações. Esta situação, porém apenas se verifica, de um modo geral, nos países altamente industrializados pois está directamente relacionada com os investimentos que a indústria possa consagrar à investigação.

O nosso País dispõe, aliás, desse mercado interno mas em potencial que, não obstante a sua pequenez, sempre que ele atinge dimensão aceitável as empresas actuam no sentido de renovar e ampliar as suas instalações com vista a acompanhar a referida evolução.

Importa, pois, fazer decididos esforços para abrir à indústria nacional o nosso próprio mercado. Somente assim se garantirá uma laboração estável, com rentabilidade e que permita à indústria o investimento de somas avultadas na investigação.

Por outro lado, as perspectivas que os mercados europeus abrem à actividade nacional conjugam-se com alguns factores propícios à obtenção, nos próximos anos, de fortes taxas de crescimento do produto industrial.

A realização de alguns empreendimentos à escala desses mercados permitirá alcançar, em diversos sectores, substanciais incrementos relativos e o aproveitamento de reservas de produtividade latente, em grande parte das empresas, e também poderá conduzir a notável expansão, pelo alargamento dos mercados em que essas empresas se mostrem competitivas.

Seria, deste modo, possível aperfeiçoar a nossa técnica e emancipá-la, progressivamente, da dependência dos processos de fabrico estrangeiros e podermos alicerçar uma estrutura que nos torne menos dependentes das actividades ligadas à exportação.

O declínio que a indústria sofreu, recentemente, não se explica apenas por motivos de natureza conjuntural, antes se terá que procurar na conjugação de perturbações de curto prazo e problemas estruturais, que a maior abertura dos mercados externos e a maior complexidade do próprio desenvolvimento industrial interno tenderão a avolumar, se não forem operadas a tempo as transformações adequadas.

Um esforço maior por parte dos empresários para se aproximarem mais rapidamente de um nível de produção que lhe permita melhor posição de concorrência com as suas congéneres europeias, num futuro em que a protecção à indústria cesse em virtude de compromissos já assumidos, implicará o recurso a capitais externos às empresas.

No sector relativo ao material eléctrico o mais importante dos problemas que as várias modalidades industriais nele incluídas defronta é, talvez, o da formação dos quadros, isto é, de pessoal que concebe os produtos, escolhe as matérias-primas, para o seu fabrico, organiza a produção, controla e gere os «stocks» e as vendas.

São os quadros que permitem os grandes acréscimos de produtividade e não, somente, a melhor qualificação do pessoal operário. Não quer isto dizer que a formação do pessoal operário não seja essencial pois, efectivamente, ela tem que acompanhar a dos quadros, com a qual deverá estar relacionada, proporcionalmente, mas que é incomparavelmente mais fácil de realizar.

A percentagem dos quadros, cada vez mais elevada e exigindo-se-lhes, cada vez maior soma de conhecimentos coloca, como é evidente, o ensino como chave de progresso do País.

Desde há largo tempo, que a indústria está polarizada no sentido de encontrar soluções para melhorar a produtividade e está convencida de que a solução está em quadros técnicos competentes, pessoal que não cessa de procurar. Este é o problema de ontem, de hoje e de amanhã, em face do qual se considera de importância secundária o recrutamento e carência de mão-de-obra, e que parece ser, de momento, a preocupação dominante.

O progresso das indústrias do material eléctrico assenta, portanto, numa cadência de inovações a ritmo acentuado, que só é possível manter através de indivíduos habilitados com uma preparação superior e actualizada, em cada momento.

A falta de investigação aplicada neste sector, quer a nível de empresa, quer a nível universitário, reflecte-se na dependência técnica da indústria em relação ao estrangeiro.

Logo a seguir ao problema da formação dos técnicos surgem imediatamente os problemas relativos a facilidades de crédito, regimes fiscais e tributários, matérias-primas, etc.

A contrapartida das exigências postas à indústria resultantes do processo de desenvolvimento, encontra-se consubstanciada na eficiência dum conjunto de soluções que lhe proporcionem condições de funcionamento tendencialmente idênticas às dos países concorrentes.

Assim, algum esforço o País está fazendo no domínio da formação de operários especializados e até no pessoal a certos níveis mais qualificados.

As medidas promulgadas pela Administração, no ano transacto, permitiram desenhar novos moldes de captação de pequenas poupanças, a canalizar para a indústria através das instituições de crédito, as quais passaram a desempenhar papel decisivo na formação do capital fixo e, portanto, no desenvolvimento económico, recursos que de outro modo, permaneceriam estérilmente entesourados ou se disseminariam para o circuito comercial. Paralelamente a estas medidas outras se lhe seguiram, umas no sentido de impulsionar o comércio externo outras de carácter fiscal e tributário e, deste modo, se procedeu à regularização do aval às operações de crédito para a produção de bens e serviços, destinados à exportação, (denominado crédito de pré-financiamento da exportação) e à publicação do Despacho do Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos, de 31 de Janeiro do ano corrente, relativo a isenções de direitos de importação de matérias primas e bens de equipamento e deduções no rendimento colectável, constituindo um conjunto de benefícios a conceder às actividades que, a curto prazo, sejam susceptíveis de maior reprodutividade, entre as quais se encontram as que pertencem ao sector dos equipamentos e do material eléctrico e que, esperamos, não deixarão de aproveitar em toda a sua amplitude ■

FERNANDO SERRA CAPTIVO

Engenheiro Electrotécnico (U. P.)